



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



PARECER JURÍDICO Nº 0072/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 002988/2023

ASSUNTO: FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA – INSTITUTO PANELA DE BARRO

OBJETO: IX EDIÇÃO SANTA TERESA GOURMET

BASE LEGAL: DECRETO 404/2018 E LEI Nº 13.019/2014

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

RELATÓRIO

Exmo. Sr. Prefeito,

Vieram os autos à Procuradoria para análise e Parecer, tendo por base a apresentação de Plano de Trabalho pelo Instituto Panela de Barro, para realização do IX Edição do Santa Teresa Gourmet na Cidade de Santa Teresa/ES, no período de XX/XX/XX.

O objetivo geral da proposta é criar condições para aprimorar, qualificar e fortalecer a identidade gastronômica municipal, com a promoção e estímulo a gastronomia baseada nos costumes dos Imigrantes.

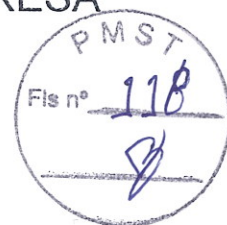
O valor total da proposta equivale a R\$ 186.750,00 (cento e oitenta e seis mil setecentos e cinquenta reais).

Compulsando os autos, observa-se que foram juntados os seguintes documentos, nos moldes da Lei 13.019/2014 e Decreto 404/2008, a saber: Ofício solicitando a parceria – fl. 02; Ata de Assembleia – fls. 04/07; Plano de Trabalho – fls. 03/16; Relação da Diretoria Executiva – fls. 08/09; Documentos do representante legal da instituição - fls. 10/11; Declaração de inoccorrência em vedações – fl. 12; Declaração de que não emprega menores de idade – fl. 13; Declaração de instalações e condições materiais, fls. 14/18; Declaração de endereço da sede da entidade – fl. 19/20; Documentos de habilitação fiscal, fls. 21/27; Documentos de habilitação jurídica (CNPJ E Estatuto) - fls. 28/46; Declaração de capacidade técnica - fls. 47; Portfólio de Ações - fls. 48/50; Comprovação de experiência previa – fls. 51/93; Cotação de preços – fls. 94/99; Plano de Trabalho – fls. 100/107; Declaração de não ocorrência de impedimentos – fls. 108; **Declaração do Gestor da Pasta interessada de que a despesa está/estará na LOA com a aprovação expressa do Plano de Trabalho**, exteriorizando a viabilidade de todos os seus termos, em especial ao cronograma físico financeiro - fls. 111; Emissão de parecer técnico pela equipe técnica de administração pública, em obediência ao art. 35, V da Lei 13.019/14 e art. 36 do Decreto 404/18 – fls. 112/116.

É relatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



DA ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente importante salientar, que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica.

A lei 13.019/14, de abrangência nacional, entrou em vigor e, 23 de janeiro de 2016 para a União, Estados e Distrito Federal, e a partir de 01 de janeiro de 2017 aos Municípios, sendo que o Município de Santa Teresa/ES regulamentou a referida lei através do Decreto 404/2018.

A partir de então as transferências voluntárias de recursos dos entes Federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) para as organizações da Sociedade Civil, passaram a ser efetivadas através de novos instrumentos jurídicos: Termo de Fomento, Termo de Colaboração e Acordo de Cooperação.

No contexto dos autos do processo, verifica-se a possibilidade de formalização de **Termo de Fomento**, conforme dispõe o artigo 8º do Decreto 404/2018:

*Art. 8.º **Termo de fomento** é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas para consecução de planos de trabalho, cuja concepção seja das organizações da sociedade civil, com o objetivo de incentivar projetos de interesse público e recíproco, desenvolvidos ou criados por essas organizações, que envolvam a transferência de recursos financeiros.*

Ocorre que para formalização da presente parceria, deverão ser observadas as premissas estabelecidas no § 2º Decreto Municipal nº 404/2018:

*§2.º **Compete ao Secretário Municipal responsável pela política pública, além de outras atribuições previstas neste Decreto:***

a) Instruir o processo de solicitação da parceria, juntamente com a equipe técnica, a fim de verificar se a documentação está de acordo com as exigências desse decreto.

a) QUANTO AOS DOCUMENTOS JUNTADOS NOS AUTOS

Compulsando os autos, observa-se que foram juntados documentos do INTITUTO PANELA DE BARRO, em obediência ao Decreto 404/2018 e da Lei 13.019/2014, a saber:

- ✓ Ofício solicitando a parceria – fl. 02;
- ✓ Ata de Assembleia – fls. 04/07;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



- ✓ Relação da Diretoria Executiva – fls. 08/09;
- ✓ Documentos do representante legal da instituição - fls. 10/11;
- ✓ Declaração de inoccorrência em vedações – fl. 12;
- ✓ Declaração de que não emprega menores de idade – fl. 13;
- ✓ Declaração de instalações e condições materiais, fls. 14/18;
- ✓ Declaração de endereço da sede da entidade – fl. 19/20;
- ✓ Documentos de habilitação fiscal, fls. 21/27;
- ✓ Certidão Negativa emitida pelo Tribunal de Contas – fl. 24;
- ✓ Documentos de habilitação jurídica (CNPJ E Estatuto) - fls. 28/46;
- ✓ Declaração de capacidade técnica - fls. 47;
- ✓ Portfólio de Ações - fls. 48/50;
- ✓ Comprovação de experiência previa – fls. 51/93; Cotação de preços – fls. 94/99;
- ✓ Plano de Trabalho – fls. 100/107;
- ✓ Declaração de não ocorrência de impedimentos – fls. 108;
- ✓ **Declaração do Gestor da Pasta interessada de que a despesa está/estará na LOA com a aprovação expressa do Plano de Trabalho**, exteriorizando a viabilidade de todos os seus termos, em especial ao cronograma físico financeiro - fls. 111;
- ✓ Parecer técnico emitido pela equipe técnica em obediência ao art. 35, V da Lei 13.019/14 e art. 36 do Decreto 404/18 – fls. 112/116;

b) QUANTO A INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para celebração de Termo de Fomento, necessário se faz observar o artigo 33 do Decreto 404/2018, no qual será necessária a indicação de dotação orçamentária para sua formalização, a saber:

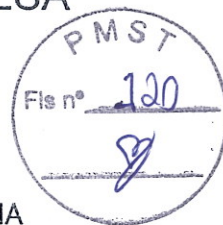
Art. 33. A celebração do termo de fomento ou do termo de colaboração depende da indicação expressa de prévia dotação orçamentária para execução da parceria. Parágrafo Único. A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro deverá ser efetivada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria no exercício em que a despesa estiver consignada.

Verifica-se que a proposta de parceria é na ordem de R\$ 186.750,00 (cento e oitenta e seis mil setecentos e cinquenta reais, **sendo a fonte de pagamento o Tesouro Municipal.**

Compulsando os autos, verifica-se que a Secretaria de Turismo indicou a dotação à folha 112 dos autos, **entretanto não consta nota de pré empenho** anexada ao processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



c) QUANTO A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA

O artigo 35 do Decreto nº 404/2018 é taxativo ao estabelecer a documentação necessária para formalização da parceria, que deverá ser observada antes da manifestação jurídica.

Após análise minuciosa dos autos, verifica-se o cumprimento do estabelecido no artigo 35 do referido decreto, atendendo ao que regulamenta a Lei 13.019.

d) QUANTO A EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO

A obrigatoriedade de emissão de parecer técnico, este contido no artigo 36 do Decreto nº 404/2018, que assim estabelece:

Art. 36. A Secretaria Municipal emitirá parecer técnico a respeito dos itens enumerados no inciso V, do art. 35, da Lei nº 13.019, de 2014.

Parágrafo Único. Para fins do disposto na alínea "c" do inciso V do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, o parecer analisará a compatibilidade entre os valores apresentados no plano de trabalho e a viabilidade de execução da parceria.

Nesse sentido faz-se necessário a emissão de Parecer em obediência ao que estabelece o referido o inciso V, do art. 35, da Lei nº 13.019, a saber:

Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;*
- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;*
- c) da viabilidade de sua execução, inclusive no que se refere aos valores estimados, que deverão ser compatíveis com os preços praticados no mercado;*
- d) da verificação do cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho, e se esse é adequado e permite a sua efetiva fiscalização;*
- c) da viabilidade de sua execução; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*
- d) da verificação do cronograma de desembolso; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*
- e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;*

 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



- f) da descrição de elementos mínimos de convicção e de meios de prova que serão aceitos pela administração pública na prestação de contas;*
f) (Revogada) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)
g) da designação do gestor da parceria;
h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;
i) da aprovação do regulamento de compras e contratações apresentado pela organização da sociedade civil, demonstrando a compatibilidade entre a alternativa escolhida e a natureza e o valor do objeto da parceria, a natureza e o valor dos serviços, e as compras passíveis de contratação, conforme aprovado no plano de trabalho;
i) (Revogada) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Consta nos autos, fls. 112/116, parecer técnico cumprindo o que estabelece a lei.

e) DA ANÁLISE JURIDICA

A Análise jurídica das parcerias se limita a juridicidade da formalização, não cabendo análise quanto à oportunidade e conveniência, nem o conteúdo técnico dos documentos juntados aos autos, nos moldes do que preceitua o artigo 37 do Decreto 404/2018:

Art. 37. O parecer jurídico será emitido pela Procuradoria Municipal, e abrangerá:
I - análise da juridicidade das parcerias; e
II - consulta sobre dúvida específica apresentada pelo gestor da parceria ou por outra autoridade que se manifestar no processo.
Parágrafo Único. A manifestação não abrangerá a análise de conteúdo técnico de documentos do processo.

f) DOS DOCUMENTOS PENDENTES/AUSENTES NOS AUTOS

Apesar do § único do artigo 37 do Decreto 404/2018 estabelecer que a manifestação jurídica não abrange análise de conteúdo técnico, compulsando os autos, identifica-se a ausência dos documentos abaixo transcritos, que constam no rol do artigo 35 do Decreto 404/2018, sem os quais não será possível formalizar a parceria, a saber:

- ✓ Complementação do parecer técnico informando o período de realização da atividade, bem como indicando o valor a ser repassado para a entidade executora;
- ✓ Conta Bancária para depósito do recurso;
- ✓ Autorização do ordenador de despesas;
- ✓ Nota de Pre empenho no valor da parceria.

g) DA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



Estabelece a Lei 13.019 e o artigo 14 do Decreto 404/2018 que as parcerias poderão ser formalizadas através de Chamamento público, *exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa*:

Art. 14. A celebração de parceria entre o Município e as organizações da sociedade civil será realizada por chamamento público, exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa, tendo como objetivo selecionar organizações que tornem mais eficaz a execução do objeto, através da publicação de edital.

No caso em tela, trata-se de parceria proposta pela Entidade, sendo possível a realização por inexigibilidade, conforme dispõe o artigo 19 do Decreto 404/2018:

Art. 19. O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:

I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica.

CONCLUSÃO

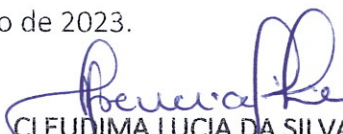
Desde que atendidas às recomendações contidas no decorrer do presente processo, em observância ao Decreto 404/2018 e Lei 13.019/2014, no que concerne aos itens elencados abaixo, NÃO HÁ ÓBICE, ao seguimento dos autos.

1. Complementação do parecer técnico informando o período de realização da atividade, bem como indicando o valor a ser repassado para a entidade executora;
2. Indicação por parte da entidade de Conta Bancária exclusiva para depósito do recurso;
3. Nota de pré-empenho;
4. Autorização para formalização da parceria por parte do ordenador de despesas.

Após atendimento aos itens acima elencados, remeter os autos para o Setor de Licitações, para seguimento quanto à formalização da Inexigibilidade nos moldes do artigo 19 do Decreto 404/2018.

É o parecer que submeto à consideração superior.

Santa Teresa, 21 de março de 2023.


CLEUDIMA LUCIA DA SILVA
Procuradora Jurídica Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Procuradoria Municipal
Estado do Espírito Santo



PARECER JURÍDICO N.º 0037/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0002988/2023

ASSUNTO: FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA – INSTITUTO DE GASTRONOMIA CULTURA E TURISMO PANELA DE BARRO

OBJETO: REALIZAÇÃO DO FESTIVAL GASTRONÔMICO CULTURAL “SANTA TERESA GOUMERT 2023”

BASE LEGAL: DECRETO 404/2018 E LEI Nº 13.019/2014

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

RELATÓRIO

O Instituto de Gastronomia, Cultura e Turismo Panela de Barro, portador do CNPJ nº 24.063.391/0001-51, protocolou em 02/03/2023, através do processo N.º 002988/2023, proposta para formalização de Parceria com o Município de Santa Teresa, visando o repasse financeiro no valor de R\$ 186.750,00 (oitenta e seis reais e setecentos e cinquenta reais), fls. 100/107 dos autos, cuja proposta é a realização do Festival Gastronômico e Cultural “Santa Teresa Goumert”, no Município de Santa Teresa no ano de 2023.

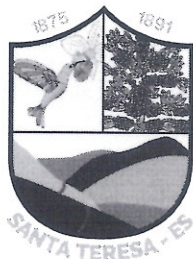
Em despacho às folhas 135, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria, para análise e parecer quanto à formalização da parceria.

É o sintético relatório. Opinamos a seguir.

DA ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente importante salientar, que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica.

No que tange à análise jurídica da minuta de Inexigibilidade de Licitação inserida nos autos, mister observar o teor do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Procuradoria Municipal
Estado do Espírito Santo



Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

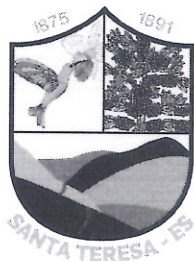
Nesse viés, ensina Di Pietro e corrobora o entendimento firmado pela Jurisprudência do STF, que o parecer jurídico exigido no artigo 38, parágrafo único da Lei nº 8666/93 é de natureza vinculante, e por assim dizer não confere margem a autoridade competente para expedição de ato subsequente de forma diversa daquela consignada na manifestação.

Quanto a questão afeta aos autos, trazida para análise, conforme dispõe a Lei Federal nº 13.019, de 2014, a Administração Pública deverá adotar procedimentos claros, objetivos e simplificados que orientem os interessados e facilitem o acesso direto aos seus órgãos e instâncias decisórias, independentemente da modalidade de parceria a ser celebrada. E, sempre que possível, estabelecerá critérios a serem seguidos, especialmente quanto ao objeto, metas, custos e indicadores, quantitativos ou qualitativos, de avaliação de resultados.

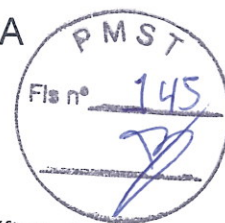
Como regra, para a Administração Pública celebrar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação envolvendo compartilhamento de recurso patrimonial, deverá realizar chamamento público, que consiste no procedimento destinado a selecionar a organização da sociedade civil para firmar parceria, por meio do qual se garante a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem como dos princípios específicos da política pública setorial relativa ao objeto da parceria.

Além dos casos de termos de colaboração ou de fomento que envolva recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e dos acordos de cooperação sem compartilhamento patrimonial, nos quais nem mesmo é necessário justificar a não realização do chamamento público, a Lei Federal nº 13.019, de 2014, **também previu as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de chamamento público.**

A inexigibilidade pode ser aplicada, uma vez que o art. 31 da Lei 13019/14 determina que seja considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Procuradoria Municipal
Estado do Espírito Santo



parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, o que ocorre no caso em voga.

A inexigibilidade de chamamento público está prevista na Lei Federal nº 13.019, de 2019, bem como no Decreto Municipal nº 404/2018, nos seguintes termos:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Art. 19. O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:

I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica;

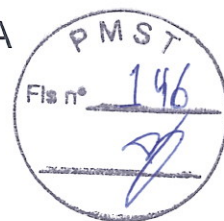
A inexigibilidade do chamamento público decorre de condições que tornam inviável a competição, independente, pois, da vontade do administrador público, ou mesmo do legislador. Isso porque o legislador não tendo como antever o surgimento das mais diversas situações em que a competição é inviável e já prever todas, especula um rol meramente exemplificativo de inexigibilidades.

Assim, de acordo com o caput do dispositivo transcrito, o chamamento público pode ser exigível, seja em razão do objeto da parceria, seja em razão da pessoa com quem se pretende celebrar o ajuste, que pode ser a única capaz de atingir as metas.

CONCLUSÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Procuradoria Municipal
Estado do Espírito Santo




Com base no exposto, **APROVO** a Minuta do Termo de Inexigibilidade de chamamento público 008/2023, à fl. 141, nos moldes do artigo 31, II da Lei 13.019/2014 e artigo 19 do Decreto 404/2018.

A presente análise se deu com base no artigo 38 da Lei 8.666/93, estando o processo apto ao seguimento.

Por fim, recomendo que seja autorizada a realização da parceria pelo ordenador de despesas.

É o parecer, que submeto a consideração.

Santa Teresa/ES, 11 de abril de 2023.


ALINE RUDIO SOARES FRACALOSSO
Procuradora Jurídica Municipal
OAB/ES nº 11.348 '